

## **PANORAMA DA SEMANA**

### **DE 11 A 15 DE MAIO**

#### **MPV 910/2019 - "REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA"**

A semana foi marcada pela intensa movimentação e articulação em torno da deliberação da **Medida Provisória (MPV) 910/2019**, a "MP Grilagem". A proposta editada em dezembro de 2019 pela Presidência da República estabelece uma mudança drástica no marco legal de regularização fundiária em terras públicas federais ocupadas, além de incentivar crimes civis e ambientais.

Com a possibilidade de perder validade na próxima semana (**19/05**), os ruralistas intensificaram a pressão para que a proposta entrasse na pauta da Câmara dos Deputados (CD) e que o Senado Federal (SF) tivesse um período considerável para discutir e deliberar. Porém, o presidente Rodrigo Maia (DEM/RJ) **condicionou a votação ao consenso entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e as bancadas ambientalista e ruralista.**

O relatório do Dep. Zé Silva (SDD/MG), apesar de apresentar alguns avanços, não atendia demandas ambientais fundamentais, como a diminuição para 4 módulos fiscais para o processo simplificado de regularização. Mesmo sem consenso, Maia convocou sessão extraordinária para a 3ª feira (12/05) para que o texto avançasse no Parlamento.

Após o intenso debate e a ameaça de obstrução pela oposição, o líder emedebista, Dep. Baleia Rossi (MDB/SP), sugeriu que a Câmara deixasse a proposta caducar e que o dep. Zé Silva (SDD/MG) apresentasse um Projeto de Lei (PL) para ser votado na próxima semana. Apesar de os ruralistas deterem a maioria, o presidente acatou a sugestão e firmou o acordo em Plenário, que por sua vez, irritou o centrão.

Conforme previsto, dep. Zé Silva apresentou o **PL 2633/2020** com o mesmo teor da proposta. O relator da matéria, o dep. Marcelo Ramos (PL/AM), afirmou que pretende estabelecer o diálogo entre ruralistas, ambientalistas e pequenos produtores rurais para se chegar à um meio-termo.

O PL consta na pauta da sessão do Plenário da Câmara dos Deputados que acontecerá na 4ª feira (20/05)\*

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2252589>

## DESMONTE DO MEIO AMBIENTE

Em mais uma semana marcada pelos ataques e desmontes à gestão ambiental por parte do Executivo Federal, o Presidente da República publicou o **Decreto 10.347/2020** que retira do Ministério do Meio Ambiente (MMA) o poder de concessão de florestas públicas para o Ministério da Agricultura (MAPA).

Ambientalistas afirmam que a mudança é inconstitucional e, evidentemente, pode representar um conflito de interesses altamente danoso às florestas e ao ecossistema por completo. Além disso, criticam a falta de transparência dos motivos e a tomada de decisão.

Outra investida de ataque foi a implantação da reforma administrativa do ICMBio, estabelecida pelo **Decreto 10.234/2020**, que reduziu drasticamente a quantidade dos cargos de chefia das unidades de conservação sob comando do instituto. Dos cargos ligados à área ambiental 48 foram transferidos para a área econômica e, em contrapartida, 19 profissionais da economia passarão a atuar no instituto.

O instituto também possuía 11 coordenações regionais (CR), onde cinco se dedicavam à Amazônia, no entanto, o novo regime criou apenas cinco gerências, uma por região do país. A situação se agrava ao constatar que três dessas gerências são chefiadas por militares, sendo elas a do Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste.

**A ASCEMA Nacional vai recorrer ao Ministério Público Federal (MPF) para que se investigue o atendimento aos critérios técnicos e gerenciais que basearam a criação dos novos Núcleos de Gestão propostos pelo COINGe.**

---

## SERVIDORES PÚBLICOS

O Senado Federal (SF) aprovou no última 3ª feira (12/05) o Projeto de Lei **(PL) 1409/2020**, que dispõe sobre a adoção de medidas imediatas que preservem **a saúde e a vida de todos os profissionais** considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública, durante o período de emergência ocasionada pelo Covid-19.

Destacamos que o texto inclui os **agentes de fiscalização** dentre as profissões asseguradas. O texto retorna à Câmara dos Deputados (CD) devido às alterações aprovadas pelos senadores.

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141815>

**Diretoria Executiva**  
ASCEMA Nacional

*Pulso Público*

---